DF CARF MF Fl. 60





Processo no

10825.721605/2012-30

Recurso

Voluntário

Acórdão nº

2201-011.190 – 2ª Seção de Julgamento / 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária

Sessão de

13 de setembro de 2023

Recorrente

ANDRE VEIGA BARBANTI

Interessado

FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Ano-calendário: 2008

DEDUÇÃO. INADMISSIBILIDADE.

Todas as deduções da base de cálculo do imposto estão sujeitas à comprovação, a critério da autoridade lançadora. Admitida a dedução apenas quando comprovadas as exigências legais para a dedutibilidade.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Marco Aurélio de Oliveira Barbosa - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Francisco Nogueira Guarita - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Debora Fofano dos Santos, Douglas Kakazu Kushiyama, Francisco Nogueira Guarita, Fernando Gomes Favacho, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e Marco Aurelio de Oliveira Barbosa (Presidente).

Relatório

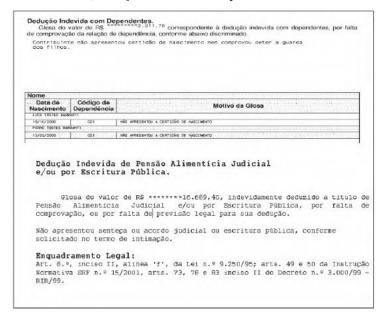
O presente processo trata de recurso voluntário em face de acórdão da 5ª Turma da DRJ/SDR.

Trata de autuação referente a IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF e, por sua precisão e clareza, utilizarei o relatório elaborado no curso do voto condutor relativo ao julgamento de 1ª Instância.

Trata-se de Impugnação à Notificação de Lançamento que promoveu alteração na declaração de ajuste anual do sujeito passivo relativa ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) do ano-calendário 2008, reduzindo o imposto a restituir apurado de RS 18.685,27 para RS 130,69.

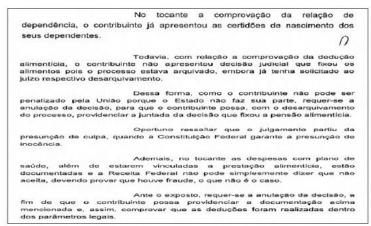
DF CARF MF Fl. 2 do Acórdão n.º 2201-011.190 - 2ª Sejul/2ª Câmara/1ª Turma Ordinária Processo nº 10825.721605/2012-30

Conforme descrição dos fatos e enquadramento legal, o lançamento foi efetuado em razão de: a) dedução indevida com dependente; b) dedução indevida de pensão alimentícia; e c) dedução indevida de despesas médicas, a saber:



Seq	CPF/CNPJ	Nome / Nome Empresarial	Cod.	Declarado	Reembolsado	Alterado
0.1	45.265.252/0001-07	ORTEC - CLINICA DE PSICOLEGIA] L	090	4.210.00	3,910,00	0.00
0.2	45.265.352/0001-07	ONTEC - CLINICA DE PSICOLOGIA E	020	4.210,00	2.210,00	0,00
0.3	62,468.803/0001-76	NOTHE DAME SEGURADORA SOCIEDADE	029	44.969,01	0,00	0,00
0.4	82,478,439/0001-03	PRONTOVACIN SISTEMA DE VACINACA	490	90.00	0.00	0.00
06	833.340.600-61	JOAD CARLOS GURALDI	0.90	100,00	0.00	0.00
.00	62.867.079/0001-21	UNCHED DE BATATAJS COOPERATIVA	900	11,00	0.00	0.00
Art.	Glosa das de Glosa das de ORTEC - Clir João PRONTOVACIN UNIMED BATAT	r a "a", e §§ 2° a 3" da Lei a "a", e §§ 2° a 3" da Lei as pesas pelos seguintes ios de Psicologia Licu Giraldi — Despesas em despesas com vacina Als — despesas com não de Notre Dame — despesas	s motive s - Des nome of sem pro	RER/99. FOR 1 POSTS SM NOME Be terceiros revisão leal de identes	de terceiros a dedução	

O contribuinte, em sintese, alega:



Certidões de nascimento de Luca Tostes Barbanti e Pedro Tostes Barbanti acostadas pelo impugnante às fls. 9 e 10.

É o relatório.

Ao analisar a impugnação, o órgão julgador de 1ª instância, decidiu que não assiste razão ao contribuinte, de acordo com a seguinte ementa:

DF CARF MF Fl. 3 do Acórdão n.º 2201-011.190 - 2ª Sejul/2ª Câmara/1ª Turma Ordinária Processo nº 10825.721605/2012-30

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

Ano-calendário: 2008

DEDUÇÃO. INADMISSIBILIDADE.

Todas as deduções da base de cálculo do imposto estão sujeitas à comprovação, a critério da autoridade lançadora. Admitida a dedução apenas quando comprovadas as exigências legais para a dedutibilidade.

Fl. 62

Impugnação Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

O interessado interpôs recurso voluntário, refutando os termos do lançamento e da decisão de piso.

Nos termos do parágrafo 1º do art. 47 do Regimento Interno deste Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aprovado pela Portaria MF nº 343/2015, Paradigma do Lote 02.ACS.0123.REP.020, o presente processo é paradigma do lote de recursos repetitivos,

Voto

Conselheiro Francisco Nogueira Guarita, Relator.

O presente Recurso Voluntário foi formalizado dentro do prazo a que alude o artigo 33 do Decreto n. 70.235/72 e preenche os demais pressupostos de admissibilidade, daí por que devo conhecê-lo e, por isso mesmo, passo a apreciá-lo em suas alegações meritórias.

No tocante aos dependentes declarados, a decisão recorrida concordou com a autuação, haja vista o fato de que, em outro processo do contribuinte, no caso, o processo de nº 10825.721850/2012-47, o contribuinte apresentou a decisão judicial que confirmava a separação consensual e a respectiva homologação, onde ficou acertado que o recorrente pagaria pensão alimentícia para os dois filhos declarados pelo contribuinte. Por conta disso, considerando que a homologação se deu no decorrer do ano de 2007, em 2008 o contribuinte já não mais poderia declarar os dois filhos como dependentes.

Em relação à dedução por pensão alimentícia e às despesas médicas, não foram acatados pela falta de comprovação ou mesmo pelo fato de que as arguidas despesas médicas diziam respeito a outros beneficiários, não dependentes.

Em seu recurso voluntário, o contribuinte argumenta que não apresentou a documentação à época porque não dispunha das mesmas por motivos alheios a sua vontade. Informa que está apresentando a referida documentação e argumenta que independente de qualquer razão, o que se demonstra com a juntada nesta oportunidade das decisões judiciais determinando o pagamento de pensão alimentícia é que os lançamentos levados pelo contribuinte na sua Declaração de Imposto de Renda está absolutamente regular e portanto não passível de correção da forma como realizada.

Analisando os autos, em especial, a parte posterior à apresentação do recurso voluntário, onde o contribuinte afirma que entregou, nos outros processos, os referidos documentos probatórios da pensão alimentícia, entendo que deve ser negado provimento ao recurso do contribuinte, haja vista o fato de que não foram acostados aos autos do presente processo os referidos documentos supostamente entregues pelo recorrente.

Conclusão

Por todo o exposto e por tudo que consta nos autos, conheço do presente recurso voluntário, para NEGAR-LHE provimento.

(documento assinado digitalmente)

Francisco Nogueira Guarita